

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE – COEMA, REALIZADA EM 09 DE  
JUNHO DE 2014.

Aos 09 dias do mês de JUNHO de dois mil e quatorze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 56ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, sob a presidência do **DR. JOSÉ ALBERTO COLARES**, Secretário Estadual de Meio Ambiente e com a presença de Conselheiros e convidados: **LUIZ AUGUSTO MOURA** representante da **FIEPA**, **ADILSON ANTONIO NEMER** representante da **SAGRI**, **AMIRALDO DA SILVA PINHEIRO** representante da **SESPA**, **JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL** representante da **ONG/AMOT**, **MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA** representante da **SEICOM**, **JOSÉ JACY RIBEIRO AIRES** representante da **FETIPA**, **ROSA KEILA SOUSA DE SOUSA** representante da **FAEPA**, **NILTON GURJÃO** representante do Ministério Público do Estado do Pará. Dando início à 56ª Reunião Extraordinária do COEMA, passou à seguinte pauta com as palavras do Secretário Executivo do COEMA: **I- Abertura: Dr. Colares:** Bom dia! Vamos dá prosseguimento à nossa quinquagésima sexta reunião, nós temos verificação do quórum, ok. Representante da SEICOM, do Ministério Público, da FIEPA, da Federação dos Trabalhadores, da SAGRI, da FAEPA, da SESPA, PGE presente doutora Lílian, Henrique da DIAP. Então nós já temos quórum à gente passa a palavra para o Milton com relação da ata anterior, se não tiver ninguém em desacordo está aprovada a ata anterior. Então vamos passar para ter o conhecimento do parecer da Câmara Técnica com relação ao projeto de licenciamento ambiental da estação de transbordo de cargas no distrito de Miritituba, no município de Itaituba de responsabilidade da empresa CARGILL AGRÍCOLA S.A. Então comunico aos senhores que a CARGILL já tem um porto lá em Santarém e um entreposto em Miritituba que vai servir de apoio para mediante a hidrovia para fazer o embarque no porto de Santarém. Eu chamo o representante da FIEPA, o doutor Moura para a leitura do parecer da Câmara Técnica e conseqüentemente o voto da Câmara Técnica com relação a esse projeto. **Dr. Moura:** Bom dia, como eu tenho um problema que minha voz é muito feia, eu vou pedir para o conselheiro representante da SEICOM para ler o parecer e o voto. **Wilton Teixeira:** Bom dia. Do processo trata-se da solicitação de Licenciamento Ambiental - Licença Prévia pela empresa CARGILL AGRÍCOLA S/A, protocolado sob nº 2013/0000007223, em 14/03/2013, para estação de transbordo de cargas no município de Itaituba. Para subsidiar a análise do pleito, a empresa apresentou o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, além de ter realizado as Audiências Públicas, e a realização de vistorias por parte da Secretaria Estadual de Meio Ambiente,

44 reuniões técnicas, dentre outros documentos apensados no processo.  
45 Observando o que determina a IN 03/2006, de acordo com o parecer jurídico,  
46 juntamente com o pedido de licenciamento, toda a documentação necessária  
47 foi apresentada pela proponente, assim como realizou a publicação do Edital  
48 de Comunicação do EIA-RIMA no Diário Oficial do Estado e em jornal de  
49 grande circulação pareceres técnico e jurídico afirmam que houve o  
50 cumprimento de todos os requisitos legais e técnicos durante o processo de  
51 análise, com algumas recomendações técnicas e condicionantes que precisam  
52 ser atendidas nos prazos constantes no parecer técnico. No dia 22 de maio de  
53 2014 houve reunião na SEMA onde houve apresentação do projeto pela equipe  
54 técnica da CARGILL AGRÍCOLA S/A. no sentido de esclarecer e elucidar as  
55 questões apresentadas pelos membros do COEMA, convidados para a referida  
56 reunião. No dia 26 de maio de 2014 a Câmara Técnica Permanente de Projetos  
57 Industriais e Infraestrutura do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA  
58 realizou reunião na FIEPA. Do parecer o projeto em questão é de  
59 responsabilidade da empresa CARGILL AGRÍCOLA S/A. sendo o  
60 empreendimento a estação de transbordo de cargas, localizado no município  
61 de Itaituba, Estado do Pará. Ressalta-se que todos os procedimentos  
62 necessários para implantação da infraestrutura do empreendimento com  
63 atendimento a legislação ambiental vigente e normas e diretrizes técnicas  
64 foram apresentadas no EIA e confirmados nos pareceres técnico e jurídico.  
65 Com base na análise dos documentos apresentados pela empresa CARGILL  
66 AGRÍCOLA S/A, respaldado pelos Pareceres Técnico e Jurídico emitidos pelas  
67 equipes da SEMA, consideramos pertinente o pleito do processo em questão,  
68 sobre o qual tecemos os seguintes comentários: Considerando o possível  
69 aumento da demanda por serviços de saúde pública na região, potencializada  
70 pela intensificação do fluxo migratório, gerando incremento populacional  
71 relacionado às diferentes etapas da implantação do empreendimento;  
72 Considerando os precários indicadores socioeconômicos descritos no EIA-  
73 RIMA, que tem como principal consequência a exposição da população aos  
74 diversos riscos de adoecimento, seja a agravos transmissíveis ou não.  
75 Considerando que além de condicionantes já existentes, como o precário  
76 abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo e um sistema  
77 educacional também deficiente, que ainda vão se somar prováveis riscos como  
78 contaminação do solo, do ar ou da água e geração de ruídos. Considerando a  
79 elevada receptividade da região para agravos transmissíveis por vetores e  
80 Zoonoses, principalmente Malária, Leishmaniose Tegumentar e Dengue que  
81 com a mobilidade populacional pode tornar o local mais vulnerável (maior  
82 circulação dos agentes etiológicos causadores dessas doenças).  
83 Considerando, devido à natureza da atividade, que haverá um incremento da  
84 população masculina, contribuindo para o incremento de práticas sociais  
85 indesejáveis como práticas de prostituição e exploração sexual infanto-juvenil.  
86 Considerando que a infraestrutura de saúde do município destina-se  
87 principalmente a atendimentos básicos, mostrando-se no limite, inclusive para

88 atender a população local. Vimos sugerir o devido acompanhamento da  
89 implementação dos programas relacionados: Programa de Gerenciamento de  
90 Resíduos Sólidos; Programa de Controle de Efluentes; Programa de Controle  
91 de gerenciamento de emissões atmosféricas; Programa de Controle de Ruídos;  
92 Programa de Monitoramento da Qualidade da Água superficial e subterrâneas  
93 e efluentes líquidos; Programa de Saúde e Segurança do Trabalho. Na prática  
94 esses programas devem ser objeto de análises regulares realizadas  
95 conjuntamente entre o empreendedor e a Secretaria Estadual de Saúde do  
96 Pará e municipal de Saúde de Itaituba, onde se avaliarão os possíveis efeitos  
97 epidemiológicos (morbidade e mortalidade) decorrentes riscos derivados do  
98 empreendimento. Dessa forma as fontes de dados a serem utilizadas serão: O  
99 Sistema Informação de Mortalidade – SIM; o Sistema de Informações  
100 Hospitalares – SIH; o Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA; e o Sistema  
101 de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. A partir dos resultados de  
102 cada análise, caso constatado alterações epidemiológicas nas séries históricas  
103 levantadas e que as mesmas tenham relação com os riscos decorrentes da  
104 operacionalização do empreendimento, que haja uma pactuação entre os entes  
105 públicos e a empresa no sentido de proposições mitigadoras sobre os  
106 problemas detectados, com definição de responsabilidades sobre o  
107 financiamento e a execução das atividades necessárias a serem desenvolvidas  
108 para a solução dos problemas. Além disso, vimos sugerir um programa não  
109 contemplado dentre aqueles propostos pelo empreendedor, isto é: Programa  
110 de Combate à Prostituição e Prevenção à Disseminação de Doenças  
111 Sexualmente Transmissíveis - DST. Objetivo promover a saúde, a segurança e  
112 o bem-estar, bem como mobilizar diversos atores sociais em torno do combate  
113 mais eficaz à exploração sexual de crianças e adolescentes e às doenças  
114 sexualmente transmissíveis. Responsável Cargill Agrícola S.A, SESPA,  
115 Prefeitura de Itaituba. Recomenda-se, para caso o empreendimento venha a  
116 ter frota própria de barcas e empurradores, que este deverá apoiar o  
117 desenvolvimento do pólo naval do Estado do Pará, com vistas à geração de  
118 empregos, internalização de riqueza, geração de tecnologia e inovação e  
119 redução das desigualdades regionais, através das seguintes ações: Realizar as  
120 compras das barcas e empurradores em estaleiros com matriz no Estado do  
121 Pará; Realizar compras locais de combustíveis e serviços; Desenvolver e  
122 apoiar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento nas instituições do Estado do  
123 Pará; Assinar o protocolo de intenções do Plano Estadual de atração de Novos  
124 Negócios, junto a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração -  
125 SEICOM; Apresentar Carta do Sindicato da Construção Naval do Estado do  
126 Pará – SINCONAPA – caso a oferta dos estaleiros com matriz no Estado do  
127 Pará não atendam comprovadamente as exigências técnicas e comerciais para  
128 as barcas e empurradores. Recomenda-se ainda que o referido  
129 empreendimento integre o programa de investimentos sociais e infraestruturais,  
130 público/privado, a ser executado em parceria com o Estado, Município e  
131 Associações privadas representativas desta atividade, visando atender

132 preventivamente o incremento da demanda de infraestrutura e política pública  
133 decorrente do impacto atrativo da implantação dos empreendimentos  
134 portuários no município tendo como prioridade, dentre outras: Elaboração do  
135 Plano Diretor de ocupação da área de impacto direto dos empreendimentos  
136 abrangendo a localidade de Miritituba e da sede municipal de Itaituba;  
137 Implantação de programa de organização e recepção migratória; Implantação  
138 de programa diversificado de treinamento e formação de mão de obra, tendo  
139 em vista a cadeia de negócios decorrentes desses empreendimentos;  
140 Implantação de programa de dinamização de fornecedores locais; Implantação  
141 de programa de investimentos de infraestrutura e serviços sociais básicos;  
142 Implantação de programa dinamização da produção local de agricultura,  
143 pecuária e piscicultura, visando a alcançar o suprimento de produtos para o  
144 mercado regional. Ressalta-se a importância do empreendimento na região de  
145 Itaituba, Estado do Pará, contribuindo com a economia local, com o processo  
146 de desenvolvimento econômico pautado em bases sustentáveis e gerando  
147 novas oportunidades e negócios na região. Por fim, esta Câmara Técnica  
148 endossa o parecer da equipe técnica e jurídica que concluem que o EIA/RIMA  
149 apresentado pela empresa CARGILL AGRÍCOLA S/A. atende os itens  
150 relacionados ao termo de referência, a legislação vigente considerando os  
151 devidos ajustes apontados em cada um dos pareceres e as considerações  
152 desta Câmara Técnica. Do voto senhor presidente, senhores conselheiros, a  
153 Câmara Técnica Permanente de Projetos Industriais e Infraestrutura, após  
154 análise do pleito da empresa CARGILL AGRÍCOLA S/A. e considerando ser o  
155 empreendimento de relevância para o desenvolvimento econômico do Estado  
156 do Pará, podendo ser sustentável do ponto de vista sócio ambiental, desde que  
157 a empresa cumpra as condicionantes estabelecidas nos estudos apresentados  
158 e ratificados em reuniões com a SEMA e nas audiências públicas realizadas.  
159 Desse modo, esta Câmara Técnica resolve que as considerações expressas  
160 pelas equipes técnica e jurídica da SEMA devam ser transformadas em  
161 recomendações de acordo com suas profundidades e importância. Assim, esta  
162 Câmara Técnica se manifesta favorável à concessão da Licença Ambiental  
163 Prévia pleiteada pela empresa CARGILL AGRÍCOLA S/A. **Dr. Colares:** Voto  
164 favorável, coloco em discussão se alguém que fazer alguma complementação.  
165 **Dr. Leal:** Bom dia, primeiro eu gostaria de perguntar ao Wilton, como porta voz  
166 da Câmara se essas identificações que ele fez que foram lidas como  
167 condicionantes assim eu estou entendendo, além daquelas que foram feitas  
168 pelo estudo da secretaria, eu pergunto se essas recomendações serão  
169 colocadas na LP quando forem entregue a CARGILL. Essa pergunta tem  
170 sentido porque nós estamos discutindo até hoje uma questão da CIANPORT, e  
171 já deu bastante dor de cabeça aqui nesse conselho. Então eu gostaria de saber  
172 se o presidente da Comissão o conselheiro Moura, se isso vai sair? Porque eu  
173 não vi a leitura do Wilton no final, ele colocando isso como obrigatoriedade  
174 para ser colocado na LP como condicionante. Então eu gostaria primeiro de ter  
175 essa resposta do coordenador para depois eu fazer o meu outro manifesto. **Dr.**

176 **Moura:** As análises todas apresentadas fazem parte. Primeiro o trabalho  
177 apresentado e desenvolvido pelo próprio empreendimento, e como  
178 compromisso expresso pelo trabalho que ele apresentou aqui a Sema e a  
179 Câmara Técnica. E nós temos também já como recomendação de que seja  
180 transcrito o voto do parecer por inteiro no licenciamento que vai se emitido que  
181 caso seja aprovado o voto da Comissão. **Dr. Colares:** Devia perguntar ao  
182 presidente, né isso Leal o recado? **Dr. Leal:** Eu normalmente presidente, eu  
183 não mando recado, eu quando tenho que falar, o senhor sabe que eu falo  
184 diretamente, eu quis perguntar ao coordenador realmente, e ele que eu insisto  
185 em perguntar por que foi uma Câmara de infraestrutura que nós tivemos aquele  
186 outro problema que até hoje se arrasta e não foi devidamente resolvido . E a  
187 resposta do conselheiro Moura não me satisfaz, eu não entendo e não entendi  
188 na resposta, se as colocações feitas pela Câmara Técnica quando expressou  
189 seu voto, se isto é uma decisão da Câmara que vai ser inclusive colocada em  
190 votação aqui, para que seja incorporadas aquelas outras feitas pela secretaria,  
191 já pelos técnicos da Secretaria. É essa a minha pergunta, e para a gente não  
192 ficar nervoso correndo atrás de uma solução, e até certo ponto criando uma  
193 zona de atrito se necessidade, então é só isso que eu estou querendo  
194 esclarecer de forma bem clara. E eu quero aproveitar para fazer uma segunda  
195 abordagem senhor presidente. Eu vou voltar a uma matéria antiga, que é a  
196 questão das ARTs. Esse projeto, tramitou aqui na SEMA, e embora até hoje a  
197 empresa tenha me dito a poucos minutos atrás, que eles estão tentando  
198 equacionar essa questão junto ao CREA, mas de qualquer maneira eles  
199 tramitaram emitindo um parecer e tem três profissionais que não conseguiram  
200 até agora, por conta do CREA, mas antes a empresa obviamente não tinha  
201 solicitados essas ARTs. Então eu gostaria de pedir ao senhor presidente mais  
202 um a vez que a gente tivesse muita atenção na hora de analisar os processos,  
203 para verificar se os funcionais estão identificados como os autores, se eles têm  
204 a respectiva responsabilidade técnicas extraídas junto ao órgão para seus  
205 conselhos, porque num caso específico, que eu pedi ao CREA, e o CREA  
206 mandou, inclusive, para a empresa e eu mandei para a Secretaria Executiva do  
207 COEMA, o relatório em que identifica essa fragilidade no processo. Então eu  
208 peço mais uma vez antes de fazer a análise, seja verificado, se seus  
209 profissionais estão devidamente registrados e em dias e com suas  
210 responsabilidades técnicas perfeitamente autorizadas inclusive pelos seus  
211 conselhos. Eu gostaria de pedir mais uma vez ao senhor presidente, não vou  
212 me manifestar com relação a essa questão, porque embora a legislação seja  
213 muito clara e essa tramitação não devia ter sido feita dentro dessa legalidade.  
214 Obviamente eu tenho interesse em discutir o processo também, mas a gente  
215 poderá relevar se a empresa apresentar essas ARTs. **Dr. Moura:** Eu acho  
216 totalmente dispensável transcrever no licenciamento, todos os pontos que já  
217 foram discutidos e já fazem parte de compromissos assumidos pelo  
218 empreendedor e pelos pareceres técnicos jurídicos da SEMA. Nós estamos no  
219 nosso voto aqui dizendo, que ratificamos todos esses itens, então eu acho

220 absolutamente dispensável que eles sejam transcritos no licenciamento. O que  
221 precisa ser registrado no licenciamento, é que, os trabalhos apresentados nas  
222 solicitações do licenciamento, e nas análises, trazem compromissos que são  
223 absolutamente necessários e serem cumpridos. **Dr. Leal:** Embora eu não  
224 queira polemizar, mas, já polemizando, eu insisto que uma das manifestações  
225 transcritas no parecer da Câmara se refere à questão das indústrias de  
226 fabricação de barcos e barcaças, que não constam no parecer técnico da  
227 SEMA. São estes casos, que não estão contemplados no parecer técnico e  
228 jurídico da SEMA, e que apenas estão contemplados no parecer técnico da  
229 SEMA. A pergunta que eu faço tentando ser mais claro ainda é se essas  
230 recomendações, que a Câmara técnica fez, volto a destacar, de forma  
231 independente que não conste nas recomendações do corpo técnico e do corpo  
232 jurídico da SEMA, são essas que eu pergunto se a Câmara Técnica vai decidir,  
233 se já decidiu se vai ter em votação, se vai ser aprovada e constar na LP da  
234 CARGILL, é só isso que eu quero saber. **Dr. Colares:** Antes que o Moura  
235 responda eu preciso fazer um esclarecimento gente, e aí eu quero a  
236 ponderação de todos. Eu acho que a empresa deve ser ouvida também aqui  
237 nessa história. Gente é claro que eu quero a melhor e a maior internalização do  
238 benefício de cada empreendimento que se aprove aqui. Acho que esta é a  
239 âncora de fato do desenvolvimento sustentável, de fato do empreendimento por  
240 sustentabilidade, não é só cumpra as regras do ponto de vista que eu já falei aqui  
241 fundiário ou do ponto de vista de normatização, de normas ambientais tanto  
242 biótica como física. Um empreendimento e realmente sustentável quando ele  
243 se integra a economia local, quando ele permite mecanismos de modificações  
244 de indicadores sociais, e quando gere e internalize renda em benefícios  
245 sociais. Isso que é a sustentabilidade é essencialidade da equidade social, este  
246 que é o empreendimento. Agora a gente não pode simplesmente a cada  
247 reunião do COEMA, incluir uma listagem, isso tem por ver um processo  
248 anterior, de uma avaliação anterior, e eu já disse a SEICOM com relação à  
249 questão da naval, nós vamos ter trinta e quatro portos aqui. Quantos portos  
250 empreendedores desses trinta e quatro já foram começados, mobilizados para  
251 se comprometerem com os investimentos da cadeia de negócios decorrentes,  
252 inclusive da indústria naval? Uma coisa é a gente definir uma estratégia  
253 anteriormente, negociar anteriormente e aí fechar isso como condicionante a  
254 ser cumprido de um programa. É complicado chegar à última hora, no  
255 momento de aprovar um licenciamento ambiental, e aí com todo respeito de  
256 entendimento da Câmara Técnica dizer; Não, mas nós queremos que a  
257 empresa faça isso. Empreendimentos portuários são negociáveis lá antes, com  
258 a fonte de recursos da Marinha Mercante negociado antes da definição de  
259 construção naval para chegar aqui, isso já ter definido, há um planejamento  
260 antes. Não vou desconsiderar a necessidade de o empreendedor discutir essa  
261 internalização e comprometimento com o fornecedor local, claro que deve ser.  
262 Eu quero lembrar que a CIANPORT antes de chegara aqui já tinha feito um  
263 contrato com a indústria naval aqui de cento e quarenta e quatro milhões. Fez o

264 contrato, mas quando chegou na hora da reunião, a gente de uma hora para a  
265 outra disse aqui dentro; Não, tem que se comprometer a comprar. E se a  
266 empresa já tivesse feito o contrato contrário ao outro empreendedor, como é  
267 que ficaria? Estaria inviabilizado? Ou seja, a SEMA tem que chegar e dizer  
268 assim olha, eu só permito que vocês licenciem aqui, se vocês contratarem uma  
269 empresa local. E se o padrão técnico não tiver capacidade instalada para isso?  
270 E se ele já tiver feito contrato antes? O que a gente precisa é se preparar  
271 antes. E acho que eu já me propus isso na SEICOM, previamente a gente  
272 organizar uma estratégia de integração, e aí não é só a questão da logística  
273 que é fundamental. Volto a dizer, temos trinta a quatro portos para serem  
274 implantados aqui, quando nós já conversamos antes? Já visualizamos antes  
275 para ter uma estratégia para integração de fornecedores da indústria local, os  
276 negócios deles decorrentes. É isso que a gente precisa ter gente. Se vocês  
277 aprovarem aqui essa condição, eu me comprometo, vamos colocar lá. Agora a  
278 gente precisa ter o bom senso, de não deixar isso para o final da réplica,  
279 porque nós chegamos agora, e eu pergunto à empresa, a empresa fez um  
280 planejamento aqui, ela fez um planejamento antes, e uma contratação antes já  
281 definiu. Eu posso até perguntar para a CARGILL, quanto da demanda da  
282 CARGILL, ela já recepciona à indústria local naval, quanto? A gente já fez essa  
283 conta com todas as empresas? Porque quando reunirmos lá com o sindicato da  
284 indústria naval, ele falou que a CARGILL tinha um percentual de sessenta  
285 setenta por cento contratado aqui, que a BUNGE tinha outro sessenta, setenta  
286 por cento, que a CIANPORT já tinha sessenta por cento contratado aqui está  
287 sendo cumprido. Mas eu só quero ponderar isso, acho que estamos acertando  
288 aqui. E a empresa ela está ouvindo o que nós estamos apresentando aqui,  
289 então a empresa tem que ter, eu acho que ela não precisa só ouvir, ela  
290 precisar ser ouvida antes com relação a isso. Como também envolve  
291 empreendimentos aqui. Eu quero lembrar o que nós acertamos com a agenda  
292 mínima, nós conversamos antes com a empresa falamos dos impactos  
293 atrativos e imediatos. As empresas por conta disso criaram as associações de  
294 portos de Itaituba a APAS para cumprir uma agenda que foi negociada antes, e  
295 essa agenda está saindo como condicionantes, mas foi criada antes essa  
296 discussão. E aqui eu estou vendo que a empresa já está sendo colocada se  
297 responsabilizada em investimento infraestrutural e com investimento no  
298 fomento da produção local. Implantação no programa de humanização da  
299 produção local da agricultura, da pecuária e da piscicultura especialmente isso  
300 é política pública. Nós temos que da dinamização que vai acontecer lá, com a  
301 extração de óleo, com a criação de investimento em produção de ração, de  
302 mistura de fertilizantes. Definir uma política pública da diversificação da base  
303 produtiva, criação de frangos, criação de suínos etc. Essa é uma política  
304 pública, a empresa não vai investir na criação de suínos. Então gente eu estou  
305 colocando isso para a reflexão, se aqui esse Coema, esse conselho ele é  
306 deliberativo, nós não vamos contrariar. Apesar de uma carta que vocês  
307 receberam isso não é um confronto que a equipe técnica esteja fazendo, é só

308 uma reflexão que a gente precisa ter. Fazer uma reflexão e saber qual é o  
309 momento e quais as condições pelos quais a gente estabelecer condicionantes.  
310 Porque se não vai ficar em determinadas circunstância, que não é o caso aqui,  
311 que algum membro que esteja em confronto com a empresa que exija  
312 determinadas condicionantes que não decorre do estudo do impacto ambiental  
313 e socioeconômico, que é essa a preocupação dos técnicos da Sema. Mas eu  
314 como presidente e como secretário de meio ambiente, eu não vou me impor  
315 contra a decisão do Coema. Isso aqui é um conselho deliberativo é ele tem  
316 autonomia para fazer o que deve ser feito por isso que estou pedindo que  
317 reflita sobre isso. **Dr. Moura:** Eu acho que está havendo um pequeno mal  
318 entendido aí, uma confusão entre recomendações e condicionantes, se a  
319 leitura atenta do parecer e do voto aí, pode mostrar que está assim se possível,  
320 se necessário, se houver condições de fornecimento a preferência deve se  
321 dada aos fornecedores locais, e isso que nós estamos colocando, nós não  
322 estamos colocando isso como imposição a empresa. Porque realmente intervir  
323 no processo do negócio não é função do COEMA. Então nós estamos dando aí  
324 recomendação, como recomendações em todos os setores do Estado em seja  
325 dado prioridade para os fornecedores locais, à indústria local, até a mão-de-  
326 obra local, onde não houver a formação da mão de obra, e até a formação de  
327 grupos que possa produzir para fornecer. **Dr. Colares:** Moura, só para frisar.  
328 Que o caso da CIANPORT, foi recomendado a contratação na indústria naval,  
329 a não saiu como condicionante. Então foi esse o questionamento que se fez à  
330 equipe técnica da SEMA, e na verdade a empresa já havia contratado com a  
331 indústria local, foi isso aí uma recomendação e não foi incluída essa  
332 recomendação como condicionante e por isso se questionou muito aqui a  
333 equipe da SEMA, inclusive com bastante demarcação de qua este COEMA  
334 tinha autonomia para fazer isso e que deveria ter saído como recomendação, é  
335 só um ponto que eu quero chamar atenção. **Dr. Moura:** Eu vou passar a  
336 palavra aqui para a FAEPA, mas colocar esse ponto que não podemos colocar,  
337 aí é uma oposição da própria indústria. Eu não posso colocar as deficiências da  
338 própria indústria local como ponto de impedimento de instalação de novas  
339 indústrias. Se o grupo da construção naval se acha na condição e está  
340 negociando, e está se desenvolvendo e está tendo condições de fornecer pelo  
341 menos em grande parte os equipamentos que as indústrias e os portos estão  
342 necessitando, então muito bem, mas, se não tiver, eu não vou dizer; a  
343 CARGILL não pode se instalar, porque não tem quem forneça uma barcaça  
344 aqui localmente, seria um contra senso. Então o que estamos aqui fazendo,  
345 são recomendações não sei se houve ou não me lembro esse mal entendido  
346 na CIANPORT de ter colocado como condicionante, uma recomendação. **Dr.**  
347 **Colares:** A empresa tem algo com relação e esse comprometimento, só para  
348 esclarecer porque nós já tivemos uma reunião e eu cobrei, acho que o  
349 Alexandre estava lá, e que o sindicato chamou a atenção de alguns  
350 comprometimentos em relação a esses investimentos. **Dr<sup>a</sup>. Rosa Keila:** Bom  
351 dia a todos, eu queria fazer umas considerações. Eu já me manifestei da



352 preocupação do município de Itaituba, não sei apenas como em torno de  
353 riquezas, me manifestei com relação a isso, mas eu também tenho uma  
354 preocupação de nós como conselheiros não criarmos tantas recomendações e  
355 condicionantes ao ponto de dificultarmos ou até impedirmos a implantação de  
356 projetos, porque às vezes eu observo que a gente se preocupa tanto em exigir,  
357 que a gente na preste atenção, não tenha o cuidado de verificar se há  
358 possibilidade de se cumprir o que a gente impõe como condicionante, ou como  
359 recomendação. Então o que parte do empreendimento, se fosse só depender  
360 dele digamos as condicionantes talvez, mas quando a gente impõe uma  
361 condicionante dependendo, por exemplo, da infraestrutura municipal, e se isso  
362 não houver como retorno, a gente talvez ao invés de apoiar ou licenciar, ou  
363 conceder essa licença, a gente talvez esteja até engessando a implantação do  
364 empreendimento. Então a gente tem que ter muito cuidado com essas  
365 questões que a gente impõe como condicionante, eu digo isso mesmo até para  
366 a própria Câmara. Não é digamos assim facilitar, mas é verificar essas  
367 peculiaridades locais, essas realidades que a gente exige, ou seja, a gente está  
368 aqui para verificar a questão legal, que nesse caso eu apoio a preocupação do  
369 Leal. Se a lei exige que a notação de responsabilidade técnica esteja dentro da  
370 mente desse profissional inscrita no CREA, eu, por exemplo, não posso me  
371 manifestar contra porque é a lei que manda. E nós como operadores do direito,  
372 nós não podemos passar por cima. Então isso sim é uma preocupação, agora  
373 exigir coisas que estão fora das condições da própria empresa implantar o  
374 projeto, nesse caso eu não teria assim como apoiar esse tipo de manifestação,  
375 e eu tenho verificado que, por exemplo, no caso dessa Câmara de  
376 Infraestrutura, eles tem o cuidado de convocar o Moura. Eu recebi varias  
377 convocações para participar de reunião na FIEPA, onde eu não podia porque  
378 vocês sabem que a gente vem para cá representado o órgão, mas vem de  
379 forma todo mundo sabe as condições que a gente deixa os afazeres para vir  
380 para cá participar, apoiar os projetos que querem a participação das entidades  
381 representativas de classe, mas eu não fui assim, em que tese eu não estar  
382 presente nas convocações das reuniões da FIEPA da apresentação desse  
383 projeto. Eu acompanhei porque o Milton me mandava os pareceres, então eu  
384 tive o cuidado de ler, caso estava tudo de conformidade para quando eu vir  
385 para cá, eu já estar com a minha convicção já feita. E se por ventura eu  
386 observasse que tivesse algo fora eu já deveria naquele momento mesmo, até  
387 me manifestar, observe que a gente até certo tempo eu questionei; Milton  
388 antigamente a gente vinha quatro vezes por ano no COEMA, agora a gente  
389 está até duas vezes por mês, então isso tá pesando porque a gente alonga  
390 discussões onde a gente já teve momento para digamos assim sanar. Então se  
391 eu estive na FIEPA, foi por problemas pessoais, se eu na fui ao Ministério  
392 Público para discutir a resolução até pedi desculpas para ao Leal era porque eu  
393 tinha problemas pessoais, profissionais para resolver, mas eu tive o cuidado de  
394 olhar a resolução porque o Milton nesse ponto ele manda e-mail, a gente lê, e  
395 se eu não me manifestei naquele momento, é porque eu entendi como

396 exaurido a todas as questões, exceto nesse caso que me passou batida essa  
397 questão da ART até porque de certa forma não está lá especificada. Mas eu  
398 penso com relação unicamente a este ponto até para futuros projetos e  
399 licenciamentos, as empresas tenham esse cuidado de pedir para que seus  
400 profissionais façam seu registro e consigam essa notação de responsabilidade  
401 técnica porque é assim a lei que prevê. Mas fora disso eu já quero até me  
402 manifestar, eu sou favorável ao voto Câmara, sou favorável pela licença, e já  
403 estou aqui manifestando meu voto porque eu não quero mais delongar com  
404 relação a essa questão especificamente dessa licença em si. **Dr. Leal:** Eu peço  
405 ao presidente, que me permita, me manifestar antes da empresa até porque  
406 talvez eu facilite a posição da empresa. Em primeiro lugar, diante das  
407 colocações do conselheiro Moura no ultimo momento em que ele se  
408 manifestou, eu entendo que ele não coloca como condicionante, aliás ele foi  
409 claro, recomenda apenas. Eu não sou da Câmara Técnica de Infraestrutura, eu  
410 não estive nas reuniões da Câmara Técnica, a não ser na apresentação do  
411 projeto, não tenho nenhum prego neste parecer, foi feito pela Câmara Técnica  
412 obviamente. A minha preocupação e ela se justifica pelo menos para mim, é  
413 que nós precisamos definir claramente essa questão da competência e do  
414 tamanho da competência da SEMA e do COEMA. O presidente agora mesmo  
415 se posicionou, questionando às análises, vamos chamar assim  
416 socioeconômicas, que a gente acaba enveredando e não fica só com o aspecto  
417 ambiental e acaba adentrando nas questões socioeconômicas, não só o  
418 COEMA, como dentro do parecer das recomendações para a Câmara Técnica,  
419 mas também a própria Secretaria, quando a gente discute às vezes as  
420 questões da participação das empresas em projetos socioeconômicos fora dos  
421 ambientais. Isso aí tem discutido aqui e a senhora me perdoa. As minhas  
422 colocações foram finalmente para ouvir o que ele disse no ultimo momento,  
423 isso não é condicionante, isso é recomendação, então acabou. O meu  
424 questionamento foi para esclarecer todos, o quê que nós íamos votar, se é o  
425 que está recomendado pela equipe técnica da SEMA que ele deixou claro que  
426 é, e não pelo parecer e as recomendações da Câmara Técnica do COEMA,  
427 então ficou claro o que nós estamos votando aqui, é o parecer da equipe  
428 técnica. Eu até entendo senhor residente, que o conselho, eu tenho lido  
429 embora não seja um especialista e nem um operador de Direito, eu tenho lido  
430 bastante a legislação do COEMA, e tenho tentado realmente verificar quais são  
431 as nossas competência e o tamanho dela. Ela é realmente muito grande a  
432 gente exerce talvez uns cinquenta por cento dela, mas nós precisamos acima  
433 de tudo aquilo que o senhor falou aqui, é conhecer todos nós, conselheiros,  
434 conhecermos essa legislação para a gente ver o tamanho da responsabilidade  
435 que nós temos e me colocando frontalmente com minha querida conselheira.  
436 Se nós tivermos por necessidade vir aqui duas três vezes no mês, que a gente  
437 vem porque a gente tem, ou acho que isso aqui é um sacerdócio que nós todos  
438 aceitamos. Ninguém tem salário, ninguém tem nada, a gente pelo contrário tira  
439 às vezes das nossas responsabilidades profissionais e institucionais, tempo e

440 dedicação para estar aqui. Então acho que isso precisa se colocar eu acho que  
441 esse ano esse COEMA está trabalhando de forma responsável e dedicação  
442 muito grande, e não vejo nenhum problema o presidente da gente estar por  
443 aqui, então eu retiro minhas dúvidas todas e passo a palavra agora para a  
444 empresa. **Dr. Colares:** Antes da empresa, eu acho que a gente precisa  
445 demarcar uma coisa aqui bem clara. Primeiro nós não estamos discutindo a  
446 competência do COEMA. A competência do COEMA é clara, ela é deliberativa,  
447 tem autonomia acima da Secretaria de Meio Ambiente, e eu como presidente  
448 do COEMA, tenho que assegurar a competência e a autonomia do COEMA,  
449 isso é um ponto. A questão que eu coloco que eu fiz a observação para a gente  
450 discutir aqui sim, é a pertinência do que o COEMA recomenda, e do que o  
451 COEMA exige como condicionante. Se o COEMA momento aqui da avaliação  
452 da Câmara Técnica, avaliou a falha de um parecer técnico da SEMA e apontou  
453 lá a necessidade de ter a exigência de um condicionante, eu tenho que  
454 assegurar isto aqui como condicionante tem que vir como condicionante. Agora  
455 o que a gente precisa avaliar o que que a gente faz com o homem?  
456 Recomendação e condicionante. A minha ponderação é chamar atenção de que  
457 às vezes a gente está colocando como condicionante uma coisa que precisa  
458 ter sido avaliada lá na frente, isso não significa qualquer discussão que teve  
459 aqui, não tenha sido resultado, não tenha valor socioambiental. Uma questão  
460 dessas num plano de um projeto desse de infraestrutura, ele tem um plano de  
461 negócios e negócios nele decorrentes, que se reproduzem efeitos para frente e  
462 efeitos para trás, tal como a história da indústria naval. A indústria naval vai ter  
463 um efeito para isso. Agora uma coisa é a gente ter uma definição lá na frente  
464 porque de repente a empresa já chega aqui com o negócio já contratado, ou o  
465 empreendedor local não oferta com a mesma escala e com o mesmo preço  
466 que ele já tem contratado, e a gente pode viabilizar uma situação dessas  
467 recomendações. Eu estava falando com a doutora Amélia, já conversamos com  
468 a SEICOM, nós temos que ter uma ação de coordenação de políticas públicas,  
469 uma antecipação desse negócio para quando chegar aqui, esse negócio já  
470 esteja assegurado e inclusive estabelecer como condicionante, eu quero  
471 lembrar aqui o caso da agenda mínima, a agenda mínima nós negociamos lá  
472 na frente e em todas as empresas tem saído como condicionantes o  
473 cumprimento da agenda mínima que inclusive foi assinado em dezembro do  
474 ano passado, foi um compromisso assumido pelas empresas na câmara de  
475 vereadores, com a prefeitura, com o Ministério Público Estadual local, então só  
476 para ponderar, e eu quero chamar atenção que eu muito agradeço ao doutor  
477 Leal, a resistência dele com a ART, a SEMA tem sido muito questionada pelos  
478 empresários inclusive dentro do próprio Estado, pelas exigências da ART, a  
479 ART não é só a defesa da valorização do profissional, é também a  
480 responsabilidade objetiva com relação à questão ambiental porque se  
481 acontecer algum problema a responsabilidade tem que ir para o técnico porque  
482 ele fez o projeto, o que nós temos sido questionados aqui na SEMA e o que  
483 tem de projeto encalhado por falta de ART, vocês não tem ideia, e sei que a

484 culpa é da SEMA porque exige pela burocratização, uma coisa básica primária  
485 é alguém fazer um projeto e se responsabilizar por ele, e vamos continuar  
486 cobrando, por favor, a empresa. **Representante da CARGIL:** Bom dia! Para  
487 quem não me conhece eu sou o Ricardo, sou gerente de projetos da CARGILL,  
488 vivo aqui em Belém, estou aqui no Pará, já morei dois anos em Santarém fiz  
489 parte do desenvolvimento do projeto de Santarém do início de operação,  
490 primeiramente eu queria dá os parabéns pelo nível da discussão, a discussão  
491 foi perfeita, eu acho que tem que ter, gostaria de reforçar que o objetivo da  
492 CARGILL sempre foi e sempre será não só o desenvolvimento dela mesmo,  
493 mas como o desenvolvimento local, tanto é que a gente já tem feito muito dos  
494 programas que estão sendo mencionados aqui através da TAP, como o  
495 secretário sabe bem, os membros do COEMA também conhecem e quem dera  
496 outros empreendimentos pudessem já está atuando com condicionantes antes  
497 mesmo de ter uma licença prévia, então nós sim já estamos fazendo vários  
498 programas de desenvolvimento sócio ambiental no local, estamos trabalhando  
499 e tentando trabalhar ao máximo com o desenvolvimento de fornecedores  
500 locais, então isso é o nosso objetivo, esse é o caminho. Por último com relação  
501 eu acho que já foi bem discutido e eu acho que a decisão que está sendo  
502 tomada faz todo o sentido, a questão do desenvolvimento da indústria naval,  
503 ela na verdade é uma consequência do desenvolvimento dos portos aqui,  
504 então ela tem que crescer na mesma velocidade do crescimento dos portos e  
505 dos empreendimentos locais, é lógico que com certeza nós vamos dá  
506 prioridade assim como CIANPORT está gastando muito dinheiro nos estaleiros  
507 locais a MAGI, também está gastando muito dinheiro em estaleiros locais, a  
508 CARGILL com certeza vai dá prioridade, agora existem vários aspectos que  
509 têm que ser analisados, como por exemplo, como varias empresas já estão  
510 trabalhando nos estaleiros locais, o que vai acontecer, será que os estaleiros  
511 vão ter capacidade estalada para atender a todas as demandas, esse é o  
512 primeiro ponto, segundo ponto é tecnologia como foi discutido aqui, apesar de  
513 a gente saber que a tecnologia está muito avançada nos estaleiros locais, quer  
514 dizer, não são todos, mas existem estaleiros muito bons aqui, e a questão  
515 comercial, como você tem uma demanda forte, a questão comercial acaba  
516 sendo outra questão a ser analisada, então mais uma vez obviamente eu acho  
517 que a decisão é coerente, é uma recomendação a CARGILL vai seguir a  
518 recomendação, mas com toda a certeza caso não seja possível atender a  
519 recomendação vai mostrar o porquê não está atendendo. **Dr. Colares:** Seria  
520 muito importante frisar aqui antes de passar a palavra para a doutora Amélia,  
521 da importância de SEICOM nessa articulação, chamar o setor naval chamar  
522 todas as empresas, fazer um plano de negócios, ter essa referência em mãos,  
523 com relação a CIANPORT, por exemplo, eu sei que eles inclusive  
524 apresentaram esse contrato, eu não recordo se era cento e quarenta e quatro  
525 ou quatorze milhões esse contrato, e é uma coisa que nós podíamos fazer uma  
526 avaliação, viu Alexandre? Quanto o setor naval tem contratado com relação  
527 aos portos que estão sendo implantado e que já foram implantados, eu queria

528 ter uma ideia porque quando eu falei sobre a CARGILL, eu falei sobre a  
529 BUNGE, falei sobre a CIANPORT, essas empresas elas já tem contrato local,  
530 eu não sei qual é a abrangência da sua matriz de insumo, mas eu, estava  
531 falando para doutora Amélia, tem mais dezessete portos para serem  
532 implantados lá em Santarenzinho, quantos desses empresários já foram  
533 mobilizados em torno desse sentido de fazer essa matriz de insumo para  
534 integrar a economia local? São dezessete, mas três em Santarém, mais vinte e  
535 dois em São Miguel do Guamá, eu só lembro que uma grande discussão com a  
536 BUNGE, por exemplo, é que ela não estava comprando cimento em Itaituba,  
537 por quê? Por que tem um monopólio local e o preço está lá em cima, a  
538 questão dos soldadores todos vem de Santarém porque não tem no local, a  
539 questão da cerâmica que é outro preço que a gente precisa ajustar e ter  
540 capacidade instalada, então essas coisas tem que ser preparadas antes, nós  
541 precisamos ter uma agenda e uma agência de condução de política para que  
542 convirja isso aqui no COEMA, acho que essa recomendação ela é oportuna,  
543 mas eu acho que a gente pode reajustar essa recomendação sobre condução  
544 da SEICOM para que confira e preste contas para que possamos ter uma  
545 agenda com relação a essa consolidação de logística, uma agenda do COEMA  
546 para nós acompanharmos essa internalização de acordo com os propósitos  
547 que foram feitos aqui, por favor, doutora Amélia. **Dra. Maria Amélia:** Bom dia a  
548 todos! É uma satisfação muito grande está aqui no COEMA, agora oficialmente  
549 determinada à participação da SEICOM, eu como titular da SEICOM, estou  
550 integrando hoje oficialmente a minha primeira participação aqui no COEMA,  
551 uma discussão que como secretária adjunta a gente vinha presenciando no  
552 âmbito interno da SEICOM, nós temos especialistas aqui na área naval eu  
553 pediria seu presidente, dez minutos para ele fazer uma breve apresentação das  
554 discussões que nós temos tido a respeito da necessidade dessa política de  
555 desenvolvimento do Estado, só fazer alguns complementos antes de passar  
556 para a deliberação, um complemento seria que o conselheiro Leal quando ele  
557 se manifestou dizendo que o COEMA tem que ficar atento para as questões  
558 ambientais, as questões socioeconômicas também são importantes, como se  
559 fosse duas coisas a parte, na verdade a visão de meio ambiente apenas meio  
560 físico e biótico é uma visão reducionista que já está ultrapassada, na verdade o  
561 meio ambiente é um conjunto sistêmico e a qualidade de vida das pessoas tem  
562 haver com o conjunto complexo de questões que passem pelo meio físico,  
563 meio biológico e meio antrópico, isso é uma coisa que já está pacificada a  
564 muito tempo, inclusive na nossa legislação ambiental do Estado que é de  
565 noventa e cinco, onde coloca claramente que o objetivo da política minerária é  
566 o bem estar sócio econômico e nós estamos em um governo que ele coloca  
567 muito claramente qual é a diretriz do Estado que eu acho que é o grande norte  
568 que deve orientar as nossas ações em todos os âmbitos, tanto no âmbito  
569 produtivo, que é o âmbito da SEICOM, quanto no âmbito normativo das  
570 políticas ambientais desse Estado, o governador e a diretriz do governo do qual  
571 nós participamos diz com clareza que os nossos principais inimigos nesse

572 Estado é o combate a pobreza e a desigualdade o objetivo das atividades  
573 produtivas quais quer que elas sejam é o bem estar social, o bem estar das  
574 pessoas, a cidadania ela passa por esse conjunto de bem estar que tem haver  
575 com a qualidade do meio físico, do ar, da água, a qualidade ecossistêmica,  
576 meios físicos íntegros para dá qualidade de vida mas também se as  
577 populações não têm meios sócio econômicos adequados para lidar com isso  
578 ela vai impactar o meio físico, o meio biológico, ele não está de forma nenhuma  
579 protegido, então acho que o desafio do equilíbrio é ter uma visão sistêmica  
580 disso, e eu diria que a questão social hoje ela é tão crítica que a gente vai  
581 migrar seu presidente, de uma licença meramente ambiental para licença  
582 social, hoje o grande desafio das empresas que atuam e como a gente lá da  
583 SEICOM lida com o setor mineral que é uma indústria global, a gente vê que a  
584 questão crítica hoje principalmente em nível de América Latina que é a grande  
585 fronteira de expansão de atividade minerária, problemas seríssimos no Peru,  
586 no Equador, na Argentina, por questão de uso e ocupação de território, que  
587 hoje a atividade mineradora está competindo com esses outros usos sócias do  
588 território, então nós vamos migrar de uma licença meramente ambiental para  
589 uma licença social, para saber da sociedade se realmente aquele  
590 empreendimento ela está percebendo como algo que vai melhorar a sua  
591 qualidade de vida, que vai de encontro com a questão da pobreza, a questão  
592 da desigualdade e ao encontro do bem estar e da cidadania, então eu queria  
593 dizer que a gente tem que avançar para essa visão moderna que o  
594 licenciamento ele tem que amparar sim todos esses aspectos, nós da SEICOM  
595 estamos assumindo este compromisso, já me comprometi, estou a um mês e  
596 pouco a frente da SEICOM, que já vinha fazendo esse trabalho antes, reafirmo  
597 o compromisso da SEICOM de estabelecer uma agenda de negociação prévia  
598 e concordo totalmente com o presidente que aqui não temos que ter surpresas,  
599 por quê? Toda a discussão ela tem que ser embasada antes na atuação dos  
600 setores produtivos, na discussão da câmara técnica e que a gente chegue aqui  
601 com aqueles três “c” que a gente coloca no plano de mineração, consenso,  
602 cooperação dos órgãos de que realmente o nosso grande objetivo no Estado é  
603 melhorar a cidadania, melhorar a qualidade de vida em todas as áreas do  
604 Estado, setor produtivo é o parceiro fundamental que é o terceiro “C” que é o  
605 compromisso, então consenso, cooperação e compromisso eu acho que tem  
606 que permear as nossas políticas públicas e é nesse sentido que a SEICOM ela  
607 se coloca aqui como parceira. Eu gostaria senhor presidente depois da votação  
608 de pedir dez minutinhos só para a gente mostrar as grandes diretrizes da  
609 política naval que eu diria que é um setor extremamente estratégico hoje,  
610 quando a gente verifica toda a geopolítica brasileira e que o Estado do Pará ele  
611 vai ser o diferencial na redução do custo Brasil com a perspectiva da subida da  
612 fronteira agrícola e da possibilidade de escoamento pelo norte, isso vai  
613 representar um ganho de produtividade fantástico e com redução de custo  
614 Brasil, então o Pará tem sim que aproveitar essa enorme janela de  
615 oportunidade para avançar no seu processo de desenvolvimento. Muito

616 obrigada pela atenção, retorno a palavra. **Dr. Colares:** Só para reafirmar que  
617 na SEMA o princípio da sustentabilidade é a equidade social, nesse sentido  
618 que a gente tem conduzido também com todos os problemas possíveis até  
619 porque nós não governamos as circunstâncias pelas quais nós fazemos a  
620 nossa história, nós herdamos, e por isso temos que fazer esse enfrentamento  
621 diário. Eu só queria chamar atenção antes de passar para a votação, sugerir  
622 aos membros do COEMA já que vamos tratar essas questões que foram  
623 postas aqui, como recomendações e não como condicionantes, eu proponho  
624 que a Secretaria de Indústria e Comércio conduza uma mobilização em torno  
625 do ajustamento dessas recomendações, se não o cumprimento efetivamente,  
626 já que o cumprimento depende de certas circunstâncias, que nós possamos  
627 nós mobilizar e prestar contas ao COEMA do resultado dessas  
628 recomendações, porque nos cabe muito para fazer essa avaliação, nós temos  
629 todos esses portos que serão implantados, nós precisamos compreender qual  
630 é a dimensão da integração desses portos como via local eu acho que seria  
631 muito importante que a gente saísse daqui com a confirmação que essas  
632 recomendações serão acompanhadas e avaliadas pela Secretaria de Indústria  
633 e Comércio. **Felipe da empresa Ambientare:** Bom dia a todos! Meu nome é  
634 Felipe, sou da AMBIENTARE, a consultoria que está desenvolvendo as ações  
635 tanto no âmbito da TAP, quanto individualmente com os portos, só para  
636 reforçar que essas recomendações que apareceram muito pertinentes no  
637 parecer do processo, todas elas já estão cobertas na agenda mínima no  
638 convênio firmado, então a gente já está trabalhando em tudo que é possível a  
639 própria SEICOM tem acompanhado as atividades que a gente está fazendo e  
640 também na execução do TCA integrado via TAP, que apesar de ainda não  
641 formalmente aprovado as ações coletivas das associadas já estão em  
642 execução no município abordando todos esses temas e principalmente os  
643 temas transversais de preocupação social, prostituição, combate ao uso de  
644 drogas, então já estamos atuando no município e uma vez que o cumprimento  
645 da agenda mínima está nas condicionantes dos empreendimentos entende-se  
646 que já existe uma formalidade no cumprimento desses quesitos, dessas  
647 recomendações. **Dr. Colares:** Eu só queria sugerir a CARGILL, e sugeriria a  
648 TAP, que fizesse um balanço com relação a essas contratações na indústria  
649 local, naval, que a gente fizesse uma avaliação conjunta com a SEICOM, já  
650 que não é o papel da SEMA diretamente, mas fizesse com a SEICOM essa  
651 previsão, esse planejamento com relação aos investimentos decorrentes dessa  
652 demanda de estrutura metálica, de comboios, de embarcações, para esses  
653 projetos. Passo agora para a votação, alguém contrário ao projeto, alguém  
654 quer se abster? **Dr. Leal:** Eu gostaria de começar essa questão. Primeiro  
655 esclarecendo a conselheira Maria Amélia, que eu não sei se eu me expressei  
656 mal, eu não me coloco como defensor de fracionar a questão da análise dos  
657 projetos, eu entendo que o que nós temos que buscar inclusive que é missão  
658 principal do COEMA, é se o projeto interessa ou não a sociedade paraense, e  
659 essa análise não podem obviamente serem restritas a questão ambiental, não

660 é isso não, o que eu disse é que como está se tratando aqui há algum tempo,  
661 existe certa discussão de o que o COEMA analisa, o que a SEMA analisa,  
662 então por isso que eu fiz aquela colocação, mas a minha percepção e a minha  
663 convicção, acima de tudo, é que o que nós buscamos e o que temos que  
664 buscar é o que interessa na verdade ao povo do Pará e depois ao Estado, essa  
665 é a minha convicção. Eu obviamente com todas essas questões eu gostaria de  
666 ter o compromisso da AMBIENTARE para resolver essa questão e eu pediria a  
667 SEMA que aguardasse essas três ART, que estão faltando, mas eu gostaria de  
668 pedir e obviamente eu sou uma pessoa que penso muito no desenvolvimento e  
669 no crescimento desse Estado, então eu sou a favor do empreendimento.

670 **Ministério Público:** A preocupação do MINISTÉRIO PÚBLICO é com a  
671 sinergia existente entre todos esses impactos locais, em todos esses portos de  
672 forma coletiva, e como isso já vem sendo estudado, já vem sendo trabalhado,  
673 vou dá o voto favorável, mas sempre com a preocupação da sinergia dos  
674 portos como um todo. **Dra. Rosa Keila:** Eu acho salutar todas às discussões  
675 que os conselheiros trazem para debate aqui, porque em nenhum momento eu  
676 combati as colocações do conselheiro Leal, porque como você falou  
677 presidente, o COEMA ele é um conselho deliberativo, e a palavra deliberar é  
678 exatamente isso, é aprovar após discussão, após análise, o que eu me  
679 manifesto é que nesse caso específico desse projeto dessa licença é que nós  
680 não coloquemos condições que causem dificuldades para a própria  
681 implantação do projeto, mas todo mundo sabe que eu já até pedi vistas de  
682 projetos aqui, onde eu não estava convencida para me manifestar e dá meu  
683 voto, nesse caso específico como eu já havia lido antes os pareceres e  
684 escutado aqui a leitura do parecer da Câmara, eu já estava até decida a votar  
685 pela licença, mas entendo que todos os debates que os conselheiros trazem  
686 para cá são salutares, fazem bem e esclarecem como o próprio Leal falou que  
687 na explicação do Moura acabou que veio a convencê-lo ao voto, isso é salutar,  
688 porque como eu disse naquela questão do ALPHAVILLE quando eu pedi vistas  
689 que eu não estava satisfeita, que eu podia inclusive votar contra. Então para  
690 que isso não aconteça muitas vezes a gente precisa esclarecer e que haja até  
691 o convencimento aqui em plenário para que a gente não seja obrigado a pedir  
692 essa vistas para se convencer fora daqui. Eu já dei meu voto, sou favorável  
693 pela licença, eu já estava convencida dessa necessidade, da implantação  
694 desse projeto, agora nós temos que considerar essa questão que o Leal tem  
695 trazido. **Dr. Moura:** Como representante da FIEPA, ratificar o nosso voto já  
696 manifesto Estado no parecer do voto da Câmara Técnica, mas eu gostaria  
697 também de colocar o nosso posicionamento junto com o MINISTÉRIO  
698 PÚBLICO, nós já temos as associações dos terminais já formados com  
699 programas que devem servir de base para os trabalhos de todos os  
700 empreendimentos daquela região. **Representante da Federação dos**  
701 **Trabalhadores:** Favorável à licença. **SAGRI:** Favorável a licença. **SEICOM:**  
702 Favorável a licença. **Dr. Colares:** A SESPA já deixou o voto favorável, pois  
703 teve que sair anteriormente. Portanto foi aprovado por unanimidade a licença



704 prévia para a instalação na área de Miritituba do projeto CARGILL, eu quero só  
705 sinalizar a doutora Amélia e ao doutor Alexandre a importância dessa agenda  
706 com relação à estruturação dos portos, e chamo a atenção para as implicações  
707 sinérgicas que possam ter. Até agora nós não fizemos uma discussão mais  
708 aprimorada sobre as hidrovias, e eu estou imaginando um comboio de doze  
709 balsas, e pegar um comboio a cada dia, quarenta de cada empresa, comboio  
710 de doze balsas, quarenta e duas mil toneladas por comboio, saindo lá de  
711 Miritituba ou saindo lá de Santarenzinho. Nós temos dezessete empresas, das  
712 nove de Miritituba pelo menos seis, serão grãos e que vão criar uma demanda  
713 extraordinária para o Rio Tapajós ou Rio Amazonas, e entrando aqui em  
714 Barcarena, temos uma preocupação. Amanhã nós vamos fazer uma reunião  
715 com a TAP, com relação a demanda do sistema viário de Barcarena, então a  
716 gente tem que pensar, não é coibir, ou criar restrições, a gente tem um projeto,  
717 estabelecimento não só de instalação portuária. Mas de operacionalização  
718 hidroviária no Estado, antes de passar para a apresentação eu queria consultar  
719 o conselho porque nós teríamos aqui a zero setenta e nove, então eu pergunto  
720 se nós aprovaríamos, porque já houve uma reunião, e a gente aprovaria a zero  
721 setenta e nove para constar na nossa consulta pública, ok? A gente aprovaria  
722 deixaria no site para consulta pública, e marcaria a data para a assinatura ou  
723 da homologação. Então podemos votar a aprovação da alteração da zero  
724 setenta e nove e o anexo da zero setenta e nove para a consulta pública em  
725 quinze dias, e a gente reuniria para homologar e alguma modificação possível,  
726 eu ia até fazer uma sugestão de modificação, mas como qualquer modificação  
727 nós temos que vir aqui, então aproveitaria a oportunidade da próxima reunião,  
728 as modificações não deveriam ser tão significativas. Então reunirmos o  
729 conselho para avaliar um pedido de alteração ou uma demanda, mas a gente já  
730 avalia aqui no conjunto, então a partir de hoje nós fechamos quinze dias para a  
731 consulta pública, então a gente solicita da comissão o resultado final para  
732 publicar no site e chamar a imprensa para fazer uma matéria colocar em  
733 divulgação e a que a sugestão possa ser encaminhada já para o site da SEMA,  
734 e daqui a quinze dias nós vamos homologar aqui no COEMA. **Neste momento**  
735 **conselheiro se manifestam a favor dos quinze dias de consulta pública.**  
736 **Dr. Colares:** Portanto aprovado preliminarmente as alterações da zero setenta  
737 e nove, conduzida por uma Comissão coordenada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO  
738 ESTADUAL dentro do conselho com o apoio do corpo técnico da SEMA e  
739 aprovada para efeito de consulta pública e homologação daqui a quinze dias,  
740 muito obrigado, vocês não sabem o alívio que vocês estão dando ao Secretário  
741 de Estado de Meio Ambiente. Passo a palavra ao doutor Alexandre. **Dr.**  
742 **Alexandre:** Uma breve exposição acerca da situação do Projeto do Polo  
743 Tecnológico Naval. **Drª. Maria Amélia:** O Alexandre fica a disposição, mas se  
744 alguém tiver mais alguma questão. Como o presidente deixou claro a SEICOM  
745 está puxando pra si essa responsabilidade de fazer essa articulação, para que  
746 nas próximas resoluções que digam respeito ao setor do Polo Naval, nós  
747 tomemos resoluções bem embasadas em uma política que o estado vai

748 distribuir isso a gente chama a responsabilidade para nós a SEICOM, obrigada.  
749 **Dr. Moura:** Eu tenho muito orgulho de ser presidente por causa da idade,  
750 então eu só gostaria de verificar nós temos ainda uma pauta, que eu gostaria  
751 que esclarecesse o que realmente trata esse o que ocorrer que eu realmente  
752 não entendi o que ela está propondo. **Dr. Leal:** Na verdade é um item da pauta  
753 é o ultimo item da pauta que foi levantado no paralelo e conversado no paralelo  
754 com presidente. Mas a questão é o seguinte, o corpo técnico da Sema  
755 encaminhou um documento ao COEMA em neste documento existe uma Nota  
756 Técnica e o encaminhamento. Inclusive encaminhamento da dona gerente ao  
757 COEMA, onde ela coloca algumas questões relativas à questão da CIANPORT.  
758 Ainda da famosa LP da CIANPORT e ao mesmo tempo em que a equipe da  
759 SEMA tece alguns comentários, até por aquele assunto que eu levantei, e o  
760 presidente entendeu sobre as questões das competências do COEMA, foi por  
761 isso que eu fiz aquela abordagem, que eu imaginei que no final da reunião a  
762 gente fosse abordar tratar da pauta. Então na verdade eu sugeri que todos os  
763 conselheiros leiam com atenção é muito importante o que está ali. Há uma  
764 divergência de uma parte do corpo técnico da SEMA e o Conselho Estadual de  
765 Meio Ambiente em termo de competência, em termo de até onde o Conselho  
766 pode se manifestar. Eu confesso que achei extremamente desconfortável a  
767 forma como foi feito. Pedi mandei um pequeno parecer e passei para o  
768 presidente olhar com carinho a questão que ela é delicada, e ele foi contactado  
769 hoje, e antes de sair ele informou que está tratando essa questão diretamente  
770 com a gerente, e encaminhou esse documento ao Conselho. De qualquer  
771 maneira eu acho que é fundamental, nós Conselheiros, até se for o caso nos  
772 reunirmos, até peço a ação do Conselheiro Nilton por parte do Ministério  
773 Público que nós temos tido um ambiente de trabalho muito agradável, que nós  
774 possamos nos sentar, não é para confrontar. Mas para que a gente esclareça  
775 definitivamente. O que é que nós como conselheiros como conselhos fazemos  
776 e podemos fazer? E o que é que a SEMA como Secretaria e como corpo  
777 técnico também pode fazer? Existe um sombreamento aí criado por alguém  
778 que precisa ser devidamente esclarecido. O presidente se retirou obviamente  
779 prejudica a discussão, mas eu insisto que a gente possa se reunir ou no  
780 Ministério Público, na SEICOM ou na ONG porque é um assunto extremamente  
781 delicado e que precisa ser tratado com responsabilidade, com amadurecimento  
782 que a gente tire qualquer dúvida dessa questão. E a gente consiga continuar  
783 prestando esse serviço de forma sacerdotal a este estado, muito obrigado. **Dr.**  
784 **Moura:** Nós já estamos sem quórum, então realmente essa nossa reunião já  
785 esvaziou por falta de quórum, então vamos encerrar a reunião sem cantar o  
786 hino nacional.